

# JUVENTUDE, DIVERSIDADE E IDENTIDADES

## Algumas reflexões sobre juventude e educação

Vianna, Cristiano Soares<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Formado em História, mestrando no curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal Sul rio-grandense (IFSul) Charqueadas/RS.

### RESUMO

O presente artigo analisa e problematiza a categoria juventude, como ela se constitui e as diferentes condições que existem (ou não) de se viver a juventude. Apresenta um entendimento amplo acerca das diferentes juventudes e faz uma análise sobre a realidade educacional brasileira ao longo do tempo trazendo elementos de entendimento das juventudes e da organização educacional brasileira para a partir desse entendimento conseguir efetivamente propor práticas que permitam dialogar com as juventudes e fugir da homogeneização. Foi realizada uma ampla pesquisa em trabalhos já publicados como Dayrell (2007), Arroyo (2014), Margulis e Urresti (1998), Saviani (2007), Frigotto (2008) para conseguir proporcionar dados consistentes e apresentar ao longo do artigo as várias juventudes que existem atualmente.

**Palavras-chave:** Juventude. Diversidade. Educação.

### 1. BREVE RECORTE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Quando falamos de educação no Brasil, é preciso fazer uma breve reconstrução no processo de introdução de aprendizagens e processos pedagógico-educacionais no nosso território, uma vez que, a construção de modelos educacionais sempre trouxe a lógica da exploração e da manutenção da divisão de classes consagrada na Revolução Industrial (SAVIANI, 2007). Remetendo aos primórdios da nossa colonização temos no Brasil com a chegada dos portugueses a introdução de uma educação dualista, uma para as elites que visava à formação propedêutica e outra para os escravos que visava à educação manual, profissional, prática. Essa lógica vai persistir durante todo o processo de construção do país, a partir de elementos educacionais que visam manter os trabalhadores na condição de dominados, relegando a eles pequenas aprendizagens na área prática e não permitindo que se compartilhassem os conhecimentos das elites (classe dirigente) com os dominados (trabalhadores).

É importante ressaltar que historicamente a educação é utilizada como elemento de dominação, justificação, permanência de uma ordem social que visa à divisão de classes e dá ao trabalhador a condição apenas de *saber fazer* algum ofício, trabalho, atividade, sem trazer no bojo do processo de aprendizagem o *saber pensar* no que esta fazendo e como esta fazendo.

Quando me refiro à formação omnilateral, estou me referindo a uma educação integral que consiga aliar trabalho e educação buscando uma educação básica não dualista, mas, unitária, politécnica, articulando cultura, conhecimento, trabalho, que todos tenham acesso e direito a ela (FRIGOTTO, 2008). Dessa forma, a educação não pode ser marcada pelo viés economicista, fragmentário e tecnicista (FRIGOTTO, 2008).

A partir desse recorte busco aprofundamento teórico junto a pesquisadores sobre juventudes para analisar essa categoria e compreender a diversidade que existe dentro dela, estudos que permitam compreender como os jovens vivem a juventude de maneira desigual (DAYRELL; CARRANO, 2014), muitas vezes, percebendo a distância dos sentidos que assume a escola para esses sujeitos, muito mais preocupada na formação de sujeitos-alunos com suas formas de padronização de suas identidades e silenciamento de sua diversidade.

A necessidade de novas alternativas pedagógicas em um mundo cada vez mais diferente, multicultural, globalizado se faz necessário. Mas antes disso é preciso entender como a escola brasileira esta organizada historicamente e como são os jovens que ocupam esse espaço atualmente, como essa juventude esta organizada, sua diversidade, suas identidades e como as escolas estão lidando com esse contexto atual.

Só a partir do entendimento da conjuntura atual é possível propor práticas pedagógicas que consigam dialogar com as “juventudes” e fugir da homogeneização pedagógica e é exatamente esse o enfoque do referido artigo, buscar compreender e debater as juventudes na atualidade.

Diante disso, problematizar como se constitui a categoria juventude e as diferentes condições de se viver (ou não) este tempo de espera, especialmente em sua relação à escola e trabalho é essencial para propor alternativas a realidade dominante.

## **2. JUVENTUDE OU JUVENTUDES?**

Dayrell (2007) introduz o conceito de “condição juvenil” a partir do termo em latim *conditio* para se referir à maneira de ser e a situação de uma pessoa perante a vida e a sociedade. Segundo Dayrell (2007) a condição juvenil passa por uma série de transformações próprias de cada sociedade, de cada ambiente social, de como cada sociedade constitui e atribui significado a essa etapa da vida e como os jovens vão exercer essa condição. O que apresenta múltiplas formas de existência, a partir de elementos como as contingências

históricas, sociais, de gênero, etnia, entre outros, que podem conferir desiguais condições de viver ou não a juventude (PRATES, GARBIN, 2017).

Um dos primeiros assuntos a ser problematizado é a questão da(s) juventude(s), tratada, via de regra, de forma homogênea, como se “ser jovem” fosse algo com características e comportamentos pré-determinados não levando em consideração suas peculiaridades, singularidades. Nessa discussão, Sales e Vasconcelos (2016) trazendo a ideia de Arce (2009) argumentam que trabalhar as concepções de juventude de forma homogeneizante e não levando em conta as heterogeneidades internas, as desigualdades sociais, levam a uma perda de força da educação no imaginário juvenil.

Nessa direção, Margullis e Urresti (1998) desenvolvem o conceito de moratória social e moratória vital para se referir as diferentes formas de se viver a juventude. Os autores argumentam que apenas classificar a juventude por faixas etárias sem levar em consideração sua condição social, cultural é um equívoco, pois, dessa maneira, desconsidera-se todo o contexto de formação dos jovens e as desigualdades que existem em se viver a juventude.

Segundo Margullis e Urresti (1998), a moratória vital remete ao aspecto histórico-geracional em que a juventude tem um excedente de tempo, um capital temporal. Período onde a sensação de invencibilidade, de não ter medo da morte, do fracasso estaria presente junto com esse excesso de tempo e energia que as gerações anteriores não dispõem (MARGUILOS; URRESTI, 1998).

A moratória social segundo Margullis e Urresti (1998) seria o tempo que a sociedade concede a certos jovens (camadas mais altas) para estudarem e disporem de tempo livre para se “prepararem” para a vida adulta sem as preocupações do mundo adulto, conseguindo viver a juventude com todas as suas características e símbolos que ela traz em meio à diversidade que a acompanha.

Mas esse período de espera, essa moratória social, deixa de fora muitos jovens pobres que, devido às condições desiguais e as necessidades que os acompanham, antecipam o ingresso às responsabilidades da vida adulta e começam a trabalhar cedo, seja para ajudar a família, poderem ingressar como seres ativos no mundo do consumo, devido à paternidade ou maternidade ainda jovem. O que chama a atenção é que esses jovens pobres não dispõem do tempo livre e veem esse tempo com outros sentidos, já que precisam produzir para conseguirem sobreviver.

Para Margullis e Urresti (1998), os jovens das classes mais baixas “[...] devem entrar no mundo do trabalho cedo - para empregos mais difíceis e menos atraentes - e tendem a contrair obrigações familiares em uma idade mais jovem [...]” (MARGULLIS, URRESTI,

1998, p. 3 [tradução nossa]). Os autores argumentam que, para as classes mais baixas, o tempo livre muitas vezes não é uma opção devido ao ingresso desde cedo as responsabilidades da vida adulta, como a inserção no mercado de trabalho para o sustento da família ou, ainda, como forma de aquisição e participação de consumos próprios da juventude. Dessa forma, não podemos afirmar que todos os jovens vivem a juventude da mesma maneira, para analisar essa categoria devemos levar em consideração os aspectos materiais, históricos e políticos em que toda a produção social se desenvolve (MARGULIS; URRESTI, 1998).

A juventude como diz Dayrell e Carrano (2014) é uma condição social e uma representação ao mesmo tempo. De um lado, temos um caráter universal que é motivado pelas transformações da sua faixa etária e, na outra ponta, temos a construção histórica, social e cultural que são diferentes e é justamente a partir desse pressuposto que vão se constituindo as especificidades, as diversidades e as várias identidades ou culturas juvenis.

As culturas juvenis se constituem em uma sociedade que, muitas vezes, parece não ter sentido, onde as “verdades absolutas” estão em crise e a lógica neoliberal pede “sujeitos” cada vez mais flexíveis e adaptáveis às mudanças do próprio mercado de trabalho, os jovens buscam dar algum sentido para suas vidas (PRATES, 2014). Através da música, dança, vídeo, o corpo e seu visual (DAYRELL, 2007) constituem-se identidades juvenis, com seus “gostos” e estilos.

Compreender essas contingências para conseguir abranger as especificidades da juventude é um primeiro passo para tornar a escola um local que atenda as exigências contemporâneas. Nessa direção, Dayrell (2007) afirma que a organização da escola permanece sendo “[...] uma proposta educativa de massas, homogeneizante”. Para o autor, é preciso levar em consideração que os jovens não querem ser padronizados, mas reconhecidos nas suas especificidades, o que demandaria dos professores uma postura de escuta.

Reconhecer que não existe uma juventude, mas várias juventudes é um passo importante para construir práticas que consigam humanizar a escola e entender os alunos como jovens que “[...] amam, sofrem, divertem-se, pensam a respeito das suas condições e de suas experiências de vida, posicionam-se diante dela, possuem desejos e propostas de melhorias de vida.” (DAYRELL, 2007, p. 1109).

Nessa direção, torna-se importante buscar compreender as contingências atuais, visando refletir sobre a promoção de práticas pedagógicas cada vez mais relevantes e próximas aos jovens-alunos. Assim, contribuindo para a construção de uma escola mais

dialógica com essas situações, criando condições para promover a emancipação permitindo que possam se posicionar criticamente frente aos desafios que terão ao longo da sua vida.

Para tanto, Dayrell e Carrano (2014) defendem que precisamos conhecer e reconhecer diversos saberes, identidades culturais, experiências para conseguirmos estabelecer um relacionamento e um diálogo com a juventude. Afinal, não podemos permanecer com a noção que existe apenas uma juventude, pois, conforme viemos argumentando, há múltiplas formas de “ser” e “estar” jovem na contemporaneidade (PRATES, GARBIN, 2017), por isso devemos falar em juventudes.

### **3. METODOLOGIA**

O presente trabalho se deu através de pesquisa bibliográfica e qualitativa. Em busca de autores que tenham analisado, elaborado trabalhos ou vivenciado o processo de formação educacional brasileira e a formação da categoria juventude, sua diversidade e complexidade. Dessa forma foi possível fazer um recorte nas condições desiguais de se viver a juventude e abordar essas relações no contexto educacional permitindo um debate e aprofundamento nessas questões, buscando compreender as juventudes para propor a partir desse entendimento alternativas para a educação pública brasileira.

Autores como Saviani (2007), Frigotto (2009) Dayrell (2007), Margulis e Urresti (1998), Sales e Vasconcellos (2016), Prates (2014), contribuíram com suas pesquisas e análises para o aprofundamento e problematização do assunto em questão: Juventudes. A partir de análises dos referidos autores e autoras pode-se aprofundar o debate e propor o entendimento dessa categoria para posterior aprofundamento e desenvolvimento de práticas que levem em consideração a realidade da juventude contemporânea, evitando a homogeneização do ensino e combatendo a dualidade educacional.

### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As escolas precisam reconhecer os alunos como “jovens” dentro de suas especificidades, afinal, antes de serem alunos, são jovens. Assim, conforme viemos argumentando, é necessário levar em consideração o que significa ser jovem e sua condição juvenil para tornar o ambiente escolar mais igual. Nessa direção, permanecer tratando o jovem como um ser incompleto, é desvalorizar sua própria identidade (DAYRELL, 2007).

Conforme nos permitem compreender Prates e Garbin (2017), as juventudes constituem-se imbricadas as profundas mudanças sociais que vem sendo acompanhadas em nosso tempo como a perda ou relativização dos valores modernos em uma sociedade cada vez

mais plural e fluída, com as tecnologias modificando noções de tempo e espaço e estabelecendo novas formas de viver e aprender. É essa grande diversidade cultural, essa grande diversidade de se viver a juventude que chegam nas escolas e adentram um sistema que ainda, na maioria das vezes, não leva em conta essa diversidade. O que permitem as autoras questionar: quem é este sujeito *outro* que invade a cena escolar e desafia-nos a repensar nossos discursos e práticas?

A escola ocupada pelos “outros” se torna o espaço de encontro de todos esses fatores e suas contradições. Com essa nossa realidade surgem novas questões e desafios, como montar o currículo respeitando essa diversidade? Como garantir o direito a igualdade e também o direito de ser diferente? (ARROYO, 2014).

Para Arroyo (2014) os *outros* são os estudantes que chegam ao ensino médio trazendo as mais variadas bagagens culturais. Quando não existe compreensão e respeito a essas diversidades nas escolas e a tentativa de padronização é imposta pelas instituições há uma perda de significado no ato de ensinar. Ensinar pra quê? Ensinar o quê? Pra quem? São perguntas que passam a ser difíceis de serem respondidas.

Nessa direção, conhecer a realidade onde se constituem as juventudes é fundamental para repensarmos a escola como espaço de formação humana. A esse respeito, Dayrell e Carrano (2014) argumentam que a busca por dados específicos dos jovens que frequentam as nossas escolas contribui diretamente para compreensão da realidade, e a partir dessa compreensão podemos reorientar nossas imagens, visões e formas de como lidar com os jovens que convivemos nas escolas.

Essa realidade afeta diretamente os jovens da periferia que são ampla maioria, segundo Dayrell e Carrano (2014) em torno de 51,3 milhões de brasileiros têm entre 15 e 29 anos (1/4 da população), com 85% desses jovens vivendo em áreas urbanas e a ampla maioria vive em famílias com renda per capita de um salário mínimo, ou seja, a juventude brasileira traz consigo a marca da pobreza, o que interfere diretamente na sua trajetória, possibilidades e sentidos.

Não levar em consideração esses indicadores é contribuir para a manutenção da atual organização, a escola precisa compreender essa realidade social brasileira para possibilitar um ensino que não forme para o emprego, mas forme para a vida. Os jovens devem se constituir

nas suas diversidades e entender o complexo processo social para conseguirem agirem sobre essa realidade e não legitimarem a mesma.

Por fim, é importante ressaltar que não podemos negar que a universalização do ensino foi positiva e necessária, viabilizou as camadas populares o ingresso nas instituições de ensino, mas precisamos avançar, problematizar a estrutura de ensino das escolas públicas e o modo como se constitui numa lógica dual, bem como reconhecer os jovens-alunos e a complexidade que o ensinar exige hoje. Afinal, como diz Dayrell (2007), “[...] a escola tornou-se menos desigual, mas continua injusta”.

## 5. CONCLUSÃO

Alicerçado sobre essa realidade se faz necessário criar mecanismos que ajudem na formação integral de sujeitos, capaz de colocar em xeque essa lógica educacional desigual com mecanismos eficazes de promoção de uma educação omnilateral.

Corroborando a discussão, Frigotto (2005) defende a escola politécnica como forma de colocar em xeque um modelo de educação capitalista fundamentada no capital, assumindo contornos não civilizatórios.

Essa “falta de humanidade” aparece na busca do lucro, da especulação financeira, atingindo não só aspectos econômicos, mas políticos, sociais e culturais, mudando as relações que se tornam cada vez mais individualizadas. O autor ajuda a entender o processo que estamos vivendo de predominância do capital produtivo/financeiro e a perda de autonomia dos Estados frente a esse avanço, com a gradativa perda de direitos dos trabalhadores (transformados em mercadorias) e como essa lógica se desdobra na educação com uma pedagogia voltada para manutenção desse *status quo*.

O homem é um ser social e o trabalho, assim como a educação, fazem parte da construção social do homem e refletem sua realidade material e cultural. Logo, para romper com a lógica alienante do capital, a escola torna-se uma protagonista. Através da construção de uma educação politécnica que contribua para a formação integral de sujeitos (cultura, política, economia, trabalho...), formando seres atuantes e não passivos (SAVIANI, 2007).

## REFERENCIAS

ARROYO, Miguel Gonzáles. Repensar o Ensino Médio: Por quê? In: DAYRELL, Juarez et al. (Orgs.). **Juventude e Ensino Médio**: Sujeitos e currículos em diálogos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude e Ensino Médio: Quem é este aluno que chega à escola. In: \_\_\_\_\_. **Juventude e Ensino Médio**: Sujeitos e currículos em diálogos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DAYRELL, Juarez. A Escola “Faz” as Juventudes? Reflexões em torno da Socialização Juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o Ensino Médio. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 168-194, jan./abr. 2009.

GARBIN, Elisabete Maria; PRATES, Daniela Medeiros de Azevedo. (Des)ordenamentos e (Des)encaixes nos currículos escolares contemporâneos. **Pátio Ensino Médio**, São Paulo, v. 1, n. 34, p. 30-32, set.-nov. 2017.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventudes más que una palabra. In: ARIOVICH, Laura. **La juventudes más que una palabra**: ensayos sobre cultura y juventud. Buenos Aires: Biblos, 1996. p. 13-30.

PRATES, Daniela Medeiros de Azevedo. A Marca da Promessa: Culturas Juvenis Assembleianas. 2014. 427 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SALES, Celecina Veras; VASCONCELOS, Maria Aurilene de Deus Moreira. Ensino Médio Integrado e Juventudes: desafios e projetos de futuro. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 69-90, jan.- mar. 2016.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: \_\_\_\_\_. **Identidade e diferença** – a perspectiva dos estudos culturais.

Petrópolis: Vozes, 2000. Cap. 2.